

CIOS DA TERRA: SOBRE TRABALHO, CULTURA, PRODUÇÃO DE SABERES E EDUCAÇÃO DO CAMPO¹

Ana Elizabeth Santos Alves e Lia Tiriba (Orgs.)

APRESENTAÇÃO: CIO(S) DA TERRA, A PROPÍCIA ESTAÇÃO...

*Debulhar o trigo / Recolher cada bago do trigo/
Forjar do trigo o milagre do pão/ E se fartar de pão/
Decepar a cana/ Recolher a garapa da cana/Rou-
bar da cana a doçura do mel/ Se lambuzar de mel/
Afagar a terra/ Conhecer os desejos da terra/ Cio da
terra, a propícia estação/ E fecundar o chão...²*

Milton Nascimento e Chico Buarque

Essa música fala de muitas coisas, remetendo-nos às dimensões ontológicas do trabalho – trabalho entendido como mediação das relações que os seres humanos estabelecem com a natureza e entre si, como elementos da natureza. Na *Apresentação* deste livro, assim como o professor Luiz Bezerra, que nos deu o prazer e a honra de escrever o *Prefácio*, nós também nos inspiramos na canção *Cios da Terra*, de Milton Nascimento e Chico Buarque, que nos dá o tom sobre os significados dessas relações sob a égide da produção destrutiva do capital. Por incrível que pareça, ao terminar de organizar esta coletânea de artigos, nos demos conta de que essa mesma música havia sido objeto de inspiração de um texto publicado há 20 anos por Lia Tiriba e Bruna Sichi (2011). Com o mesmo título *Cios da Terra*, no texto, as autoras simulam um “passeio no campo” para evidenciar que, apesar de bucólica, a vida no campo requer muitos trabalhos, entre eles, aqueles que, sob a égide do capital, modificam as relações sociais no âmbito da comunidade, aviltando o direito de se viver

¹ DOI- 10.29388/978-65-81417-57-4-0-f.17-28

² Trecho da música O cio da terra, de Chico Buarque e Milton Nascimento.

plenamente a infância e a juventude. A partir da experiência vivida no assentamento Che Guevara, no estado do Rio de Janeiro, as pesquisadoras sinalizam que, mesmo sob os limites impostos pelo capital, a unidade de produção associada organizada pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras pode ser entendida como unidade de produção associada de saberes, na qual vão brotando novas práticas sociais. E aqui estamos nós, mais uma vez, insistindo com o mesmo título, trazendo novos elementos para refletir sobre trabalho, cultura, produção de saberes e educação do campo.

Em sua origem latina, a palavra cultura designa o modo de cultivar a terra e também o próprio trabalho de cultivar aquilo que a natureza nos oferece. Fartar-se de pão e se lambuzar de mel requer muito trabalho: é preciso afagar a terra, conhecer os desejos da terra... Como seria possível roubar da cana a doçura do mel sem descobrir quais são as melhores estações para fecundar o chão, plantar e, finalmente, colher os frutos do trabalho? E se não chover? E se chover demais? E se as pragas de bichinhos comerem a plantação? Estaria na hora de pedir ajuda a um técnico em agricultura ou, quem sabe, de se juntar aos movimentos sociais no campo? E a tal da reforma agrária popular, sai ou não sai? Vale a pena lutar por ela? Como as pessoas fazem para participar?

Viver no campo dá muito trabalho: o trabalho de produzir a existência humana. Acordar cedo e debulhar o trigo até o entardecer. De noite tem a reunião da associação dos pequenos produtores: querem falar sobre concentração fundiária e sobre agroecologia. Voltar para casa, preparar a janta e depois fazer a criança dormir, aquecida pelo calor que vem do fogão à lenha. Cadê as mulheres? Afinal, cuidar das pessoas é uma tarefa incumbida, historicamente, à *mulé*, que, desde menina-moça, tem a obrigação de se ocupar do trabalho doméstico, além do trabalho na roça. É intensa a jornada de trabalho para forjar do trigo o milagre do pão. E é preciso não esquecer de sovar a massa do pão e de deixar que ela descanse para ser assada no dia seguinte, bem cedinho, antes de todo mundo sair para a escola, para o trabalho na roça e fora da roça: trabalhos temporários nas colheitas em terras alheias, empregos domésticos, construção civil e comércio.

Para Marx (1980, p. 146), “o sabor do pão não revela quem plantou trigo” e muito menos em que relações sociais de produção se deu o processo de trabalho: “se sob o chicote do feitor de escravos ou o olhar ansioso do capitalista”. Afinal, homens e mulheres não fazem a história

como gostariam, pois se defrontam com determinadas circunstâncias legadas e transmitidas pelo passado. Nesse sentido, as práticas econômicas e culturais de um povo ou de um grupo social só ganham sentido se entendidas na sua materialidade histórica. Se, como diz Thompson (2001), economia e cultura se constituem na mesma rede de relações, é preciso perguntar quais os objetivos do trabalho, como se trabalha e para que se trabalha – questões estas que nos remetem à economia política, ou seja, ao estudo das relações sociais de produção que são hegemônicas em uma determinada sociedade. Também vale a pena indagar sobre aquelas práticas que caminham na contramão do capitalismo e que, na acepção de Raymond Williams (2011), podem ser consideradas “alternativas”, mas não necessariamente “opositoras” à sociedade produtora de mercadoria.

Como Thompson (2001), pensamos que, além das determinações gerais e das mediações do capital que incidem nas relações de trabalho e de convivência no âmbito da comunidade, a análise do trabalho no campo requer considerar o conjunto das relações sociais que vão se constituindo no cotidiano de vida e trabalho. Assim, nunca é demais lembrar que nas comunidades onde vivem homens e mulheres do campo, as culturas do trabalho são tecidas por muitos fios que entrelaçam classe, gênero, cor de pele/raça, etnia e geração. O fazer-se classe trabalhadora (THOMPSON 1987), particularmente, dos(as) trabalhadores(as) do campo se constrói na interface das mediações primárias e das mediações de segunda ordem do capital. Embora a agricultura familiar seja responsável por 70% dos alimentos produzidos no Brasil, a lógica do capitalismo adentra o campo, expulsando, para as periferias das cidades, sua população, que migra em busca de outros trabalhos que possam garantir o sustento das famílias. Em 2012, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a maior parte da população brasileira, 84,72%, vivia em áreas urbanas, enquanto 15,28% dos brasileiros viviam em áreas rurais.

Substanciadas na concepção materialista da história e da cultura, vale destacar a necessidade de problematizar a concepção bucólica que subjaz à ideia de “viver no campo”. Devido às contradições inerentes ao modo capitalista de produção da existência, podemos dizer que, no campo, os modos de vida se circunscrevem entre experiências de reprodução ampliada da vida e de reprodução ampliada do capital. O mesmo podemos dizer em relação à ideia de “comunidade”, uma abstração que necessita ser apreendida como concreto pensado, o que requer, no sentido

marxiano, considerar as mediações que a constituem enquanto categoria histórica.

“Para viver no campo, primeiro é preciso ter terra para que a vida possa ser produzida”, assim falou Marcio Gomes da Silva, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), numa rápida conversa entre nós... Para quem está de passagem pelo campo ou resolve alugar uma casinha bem longe do barulho e da poluição da cidade; ou mesmo, para quem deseja diminuir a possibilidade de ser contaminado pelo Covid-19, nem sempre é possível perceber que as formas de trabalho são diversas, todas elas direta ou indiretamente subordinadas à lógica do capital. O curioso é que, no contexto da pandemia, é visível a olho nu que, enquanto os trabalhadores e as trabalhadoras do campo migram para a cidade em busca de trabalho, as comunidades têm recebido um número crescente de jovens, adultos e de famílias inteiras que se mudam para o campo, fugindo da cidade grande. Buscam paz, tranquilidade e, de preferência, algum tipo de trabalho que contribua para garantir o sustento da família... ou mesmo que ajude a passar o tempo.

Oriundas geralmente da chamada “classe média”, uma grande parte das pessoas que migram para o campo deseja que o ovo caipira e outros alimentos que vão para a mesa estejam livres de agrotóxico ou de qualquer outro tipo de contaminação da terra e dos rios. Nessa ciranda, vão chegando à comunidade outros produtos orgânicos como aveia integral, linhaça, açúcar mascavo e outras especiarias que podem ser adquiridos no “supermercadinho” mais próximo, que foi comprado por um empresário do ramo, cujo objetivo é expandir seus negócios no campo, graças à exploração do trabalho de jovens e adultos camponeses. Por ter que vender o aipim a um preço baixíssimo para o atravessador e por ter poucas possibilidades de produzir excedentes suficientes para a satisfação das necessidades dos membros da unidade familiar, esses jovens e adultos acabam por vender sua força de trabalho da forma precária, como deseja o empresário capitalista.

Enquanto isso, as galinhas iniciam uma dieta que combina material orgânico de todo o tipo, misturado com um pouquinho de milho transgênico. Em síntese, é como diz o título do filme *O veneno está na mesa*, de Silvio Tendler. Trata-se de uma vida no campo, na qual está fortemente presente a subsunção real do trabalho ao capital, o que se evidencia em um modelo de agricultura dependente e submissa às leis que regem as

indústrias de defensivos agrícolas e produtoras de transgênicos. Sem falar dos imensos campos usurpados pela monocultura e pelo agronegócio, deteriorando a paisagem e a própria vida no campo. Metaforicamente, talvez possamos dizer que a ideia bucólica de viver no campo termina com o fim do romantismo do ovo caipira. Não por acaso Thompson (2001) diz que não é possível separar economia e cultura.

Por ser histórica e socialmente construída, uma determinada comunidade no campo é reveladora de um modo de vida ou de modos de vida que se constituem na interface entre trabalho e capital e que se manifestam como totalidade social, como síntese de múltiplas determinações. Conhecê-la na sua concretude, não como concreto caótico, mas como concreto pensado requer, entre outros, considerar as suas particularidades, as quais se materializam no trabalho comunitário, na escola comunitária, na produção comunitária e em tudo mais que diz respeito à vida em comunidade. Sem dúvida, a escola pública se constitui em uma instância fundamental de formação humana, onde crianças, jovens e adultos podem ter a possibilidade de transcender a vida cotidiana e, sem deixar de valorizar a cultura do lugar, compreender a comunidade como totalidade social, como realidade que se quer transformar e, ao mesmo tempo, manter os *Costumes em Comum* (Thompson, 1998).

Comum, comunidade, comunismo... Em sua origem latina, a palavra comunidade remete a *communitas*, relativo a companheirismo e a *communis* que diz respeito ao que é comum e, portanto, compartilhado por muitas pessoas, grupos sociais e por uma determinada classe social. Em última instância, o “ser comunitário”, no seu processo de torna-se comunitário, só é possível coletivamente, ou seja, na relação que se estabelece entre os elementos da natureza e, entre eles, o próprio ser humano. Nesse processo está presente a luta pelo que é “comum”, entendido como “coisas” objetivas e subjetivas, simbólicas, materiais e imateriais que pertencem ou deveriam pertencer a todos. É exatamente esse sentimento de pertencimento que pode nos ajudar a lutar, por exemplo, pela não exploração dos seres humanos pelos seres humanos e por uma nova relação entre seres humanos e natureza – natureza que é externa a nós e ao mesmo tempo nos constitui como seres sociais.

Para refletir sobre *Cios da Terra* como realidade e utopia, este livro foi feito por muitas mãos. Foram mãos, corações e mentes de pesquisadores(as) de diversas universidades que, pouco a pouco, foram tecendo uma

rede, cujos fios vão ao encontro do grupo de pesquisa *História, Trabalho e Educação* do Museu Pedagógico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), vinculado ao HISTEBR (Unicamp). Em particular, contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa *Trabalho-Educação em comunidades tradicionais rurais: saberes escolares e não escolares nos processos de produção da vida social*, financiado pelo CNPq (Chamada MCTIC/CNPq Nº 28/2018 – Universal – processo número: 430241/2018-6) e coordenado por Ana Elizabeth Santos Alves (UESB), com a participação de estudantes e professores da UESB e com a colaboração de Lia Tiriba (UFF) e de seu grupo de pesquisa.

O objetivo do referido projeto foi analisar de que maneira a escola está entrelaçada com os processos de produção da vida social de trabalhadores e trabalhadoras de comunidades tradicionais rurais, no que diz respeito à incorporação de saberes não escolares construídos por meio de experiências educativas em torno da terra, da família e do trabalho. Em outubro de 2020, como atividade de pesquisa, promovemos a Roda de Conversa *Pesquisas em trabalho-educação: comunidades tradicionais rurais, modos de produção da existência e produção de saberes*, envolvendo os professores Doriedson Rodrigues (UFPA), Maria Clara Bueno Fischer (UFRGS), Claudio Felix dos Santos (UESB), e Fábio Mansano de Melo (UESB), além de Ana Elizabeth Santos Alves (UESB) e Lia Tiriba (UFF). Outras Rodas ocorridas mensalmente no ano de 2021 e que contaram com a participação de bolsistas de Iniciação Científica, mestrandos, doutorandos e outros pesquisadores foram adensando o que denominamos “Grupo(s) Ampliado(s) de Pesquisa”, os quais também se constituíram como ponto de partida fundamental para a organização da coletânea de artigos que aqui apresentamos.

O livro *Cios da terra: sobre trabalho, cultura, produção de saberes e educação do campo* tem como propósito reunir elementos teórico-metodológicos de grupos de pesquisas que fazem interlocução com o Museu Pedagógico (UESB). Em particular destacamos o HISTEDBR (Unicamp), o Neddate (UFF), o Grupo These (UFF, UERJ, Fiocruz), o Grupo Trabalho, conhecimento e educação (UFRGS) e o Gepte (UFPA), todos do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Outros grupos foram chamados para expressar suas descobertas de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisa Educação do Campo, Trabalho, Contra-Hegemonia e Emancipação (GEPEC/UNEB); Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade

e Natureza (DSN/UCSal) e o Instituto de Investigaciones Económicas (UNAM – México).

Referimo-nos a pesquisadores e pesquisadoras que têm contribuído para tornar ainda mais visíveis modos de produzir a existência humana que, embora submersos na lógica do modo de produção capitalista, constituem-se na perspectiva da reprodução ampliada da vida. Daí, a expressão *Cios da Terra* nos servir de inspiração para o título desta coletânea de artigos.

Considerando as singularidades dos objetos dos(as) pesquisadores(as) que têm se debruçado sobre questões relativas a trabalho-educação, experiência, cultura camponesa, modos de vida, agroecologia, extensão rural, tecnologias de produção da vida, saberes do trabalho associado, movimentos populares e educação do campo, elencamos os(as) autores(as) e as temáticas que compõem os 11 capítulos do livro.

Amplamente fundamentados em pesquisas empíricas, o conjunto de textos apresentado ao leitor e à leitora contribui para analisar, problematizar e fortalecer questões que nos são comuns, entre elas a valorização das lutas históricas de homens e mulheres do campo e do conjunto da classe trabalhadora em defesa da hegemonia do trabalho sobre o capital.

Tendo em vista esses princípios, **Célia Regina Vendramini** nos convida a refletir acerca do crescimento das migrações em todas as partes do mundo, sejam elas internacionais ou nacionais, bem como da histórica emigração do campo para a cidade. No texto *O FAZER-SE CLASSE TRABALHADORA: AS MIGRAÇÕES CAMPO-CIDADE*, a autora analisa o processo de expropriação e exploração dos trabalhadores no contexto das relações sociais capitalistas. Célia chama a atenção sobre a expropriação da terra e dos meios de subsistência dos camponeses, sendo obrigados a moverem-se por diferentes locais e diversos ramos produtivos em busca de sobrevivência. Lembra, ainda, que na atualidade as migrações temporárias são predominantes e revelam a precariedade das relações de trabalho. A autora defende a necessidade de reflexões e ações que unifiquem as lutas da classe trabalhadora.

Cristina Maria Macêdo de Alencar, no texto *TRABALHO, EDUCAÇÃO E CULTURA CAMPONESA EM ELEMENTOS DE MODOS DE VIDA CONTRA-HEGEMÔNICOS*, considera que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e a sua expansão entre cam-

po-cidade se fazem de forma desigual e combinada. Com base em diferentes empirias, a autora busca problematizar as relações entre o rural e o urbano, dando visibilidade ao rural numa civilização em que o urbano industrial dá o tom. Reflete sobre as relações entre trabalho, educação e cultura em modos de vida contra-hegemônicos, supondo a existência de hegemonia e de resistências a essa hegemonia. Objetiva, portanto, evidenciar que o que liga essas relações é a condição rural camponesa e seus modos de vida, que contêm elementos contra-hegemônicos ao projeto civilizatório da modernidade urbano-industrial. Nessa mesma linha e fundamentado em ampla pesquisa empírica sobre os modos de vida dos povos originários da Amazônia peruana (Wampis), da Colômbia (Nasa), do Chile e da Argentina (Mapuche), o texto de **Dania López Córdova** e **Boris Marañon-Pimentel** “*ECONOMÍA*” DE LOS PUEBLOS LATINO-AMERICANOS. *IMAGINARIOS Y PRÁCTICAS DESDE LA RELACIONALIDAD CON LA “NATURALEZA”* busca mostrar a relação estabelecida entre “economia” e natureza na vida desses diferentes povos tradicionais (povos indígenas) latino-americanos. Os autores indicam que o objetivo desses povos é priorizar a reprodução ampliada da vida, por meio de relações próximas com a natureza, estabelecendo vínculos sociais e econômicos entre os grupos familiares, distanciando-se dos princípios da racionalização econômica capitalista.

Partindo do conceito de modos de vida, **William Kennedy do Amaral Souza** e **Ellen R. S. Miranda**, no texto *TRABALHO-EDUCAÇÃO E (RE)ESTRUTURAÇÃO DE MODOS DE VIDA: LUTAS E RESISTÊNCIAS NA(S) AMAZÔNIA(S) BRASILEIRA(S)*, buscam responder à indagação de como povos e comunidades tradicionais constroem processos de resistência às determinações do modo de produção capitalista, evidenciando modos de vida em comunidades tradicionais do Vale do Guaporé, em Costa Marques, Rondônia e do Quilombo Tambaí-Açu, em Mocajuba, no Pará. Segundo os autores, a defesa do território e a afirmação das maneiras de ser, fazer, sentir e pensar o mundo dos povos tradicionais são elementos de (re)construção de suas identidades e, ao mesmo tempo, condição de existência e de resistência ao processo de expansão capitalista na Amazônia. Os modos de vida também foram tema do artigo de **Fábio Mansano de Mello** e **Marisa Oliveira Santos**, articulado com reflexões sobre a educação do campo e o cotidiano de mulheres. No texto *MEMÓRIAS SOBRE TRABALHO E EDUCA-*

ÇÃO EM CASAS DE FARINHA, os autores refletem sobre as memórias de mulheres nas relações entre os saberes de ofício e o desejo pela escola. O artigo descreve e analisa as memórias das trabalhadoras que vivem no interior da Bahia e que não tiveram acesso à educação escolar em função do trabalho e da condição de gênero. Os autores defendem o direito à escola e a uma educação do campo que assegure o acesso dos(as) trabalhadores(as) aos conhecimentos científicos em diálogo com seus modos de vida e os saberes constituídos pelos sujeitos do campo.

Ana Elizabeth Santos Alves e José Carlos do Amaral Junior, baseados em dados empíricos de comunidades rurais da Bahia, no texto *TRABALHO-EDUCAÇÃO: EXTENSÃO RURAL, MODOS DE VIDA E A ESCOLA*, analisam as influências das políticas públicas de extensão rural nos modos de vida de povos de agricultura camponesa que vivem em comunidades, produzindo saberes técnicos em relação ao trabalho, à educação e à modernização do campo segundo condições favoráveis à ampliação das ações do capital. Os autores questionam em que medida essas políticas se constituíram como um sistema paralelo de educação, contribuindo tanto para a precária difusão das escolas no meio rural, quanto para a implantação de projetos escolares desconectados com o modo de vida camponês. **Marcio Gomes da Silva**, no texto *EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO: FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO DE TRABALHADORES/AS EM AGROECOLOGIA*, mantém uma interlocução com as análises sobre as políticas públicas de extensão rural ao ressaltar a importância de identificar as congruências entre a educação popular e a educação do campo que contribuem para a formação de trabalhadores(as) do campo em agroecologia, na Zona da Mata mineira. Para tanto, o autor reconstitui as concepções de Educação Popular e a historicidade de suas experiências e apresenta uma descrição histórica dos processos sociais que contribuíram para a elaboração da concepção da Educação do Campo, de forma a capturar as relações entre o projeto de campo “camponês”, materializado em parte na agroecologia, e os conteúdos programáticos das experiências educativas.

Maria Nalva Rodrigues de Araújo Bogo e Luzeni Ferraz de Oliveira Carvalho também trazem para o debate a Educação do Campo e a discutem a partir de sua conexão com o trabalho. No texto *MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA: EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO E EDUCAÇÃO DO CAMPO* as autoras re-

fletem sobre a relação trabalho e educação na proposta pedagógica do MST e sobre como essa proposta se traduz na particularidade de uma escola pública de educação profissional no assentamento Terra Vista, em Arataca, região sul da Bahia. Por meio de análises dos documentos educacionais do MST, das propostas metodológicas da escola e de dados de observação de práticas de trabalho coletivo na escola, as autoras evidenciam como o trabalho, enquanto atividade educativa, está presente na escola. Seguindo nessa mesma linha, **Cláudio Félix dos Santos**, no texto *EDUCAÇÃO ESCOLAR NO CAMPO, CONHECIMENTO SISTEMATIZADO E CULTURA POPULAR*, reflete sobre a relação entre o erudito e o popular como desafio para o desenvolvimento do trabalho educativo no campo. O autor traz como elemento de discussão o que se convencionou denominar de cultura popular e cultura erudita e busca mostrar suas reciprocidades e a necessidade de superação da falsa dicotomia entre ambas, dissimulada pela divisão social e sexual do trabalho. O texto defende a ideia do desenvolvimento do trabalho educativo escolar com o propósito da máxima apropriação das objetivações humanas por parte dos indivíduos no campo ou na cidade.

Os saberes do trabalho são abordados de formas diferentes em outros dois textos. O artigo de **Doriedson S. Rodrigues** e **Oswaldo Luís Martins de Castro** intitulado *TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO DA VIDA: SABERES DO TRABALHO DA PESCA EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS* se ocupa de evidenciar parte desses saberes. Os autores apresentam o mundo do trabalho dos ribeirinhos, na região do Baixo Tocantins, estado do Pará, Amazônia. Descrevem como esses povos produzem a existência com o objetivo de compreender a materialidade produtiva e relacional de homens e mulheres, com vínculos estreitos com outros elementos da natureza. Tendo em conta a premissa do princípio educativo do trabalho, os autores refletem sobre os saberes do trabalho de pescadores e pescadoras artesanais, manifestos em tecnologias de produção da vida que se materializam em instrumentos para a captura de pescado e a extração de outros recursos das florestas.

Esta coletânea se encerra com o artigo de **Maria Clara Bueno Fischer**, **Betânia Cordeiro** e **Lia Tiriba**. Intitulado *RELAÇÕES SEVERES HUMANOS/NATUREZA E SABERES DO TRABALHO ASSOCIADO: PREMISSAS POLÍTICO-EPIDEMOLÓGICAS*, o texto reúne procedimentos teórico-metodológicos utilizados em suas pesquisas

sobre saberes do trabalho que emergem de práticas econômico-culturais de mulheres e homens que vivem e trabalham de forma associada no campo. Tendo como base empírica comunidades tradicionais e uma rede da economia solidária que articula campo e cidade, as autoras destacam que os saberes do trabalho associado são aqueles produzidos nos processos de trabalho que se caracterizam por uma forte relação seres humanos/natureza, pela apropriação coletiva dos meios de produção, pela apropriação igualitária dos frutos do trabalho e pela gestão democrática das decisões quanto aos rumos da utilização dos excedentes de produção.

“*Terra para quem nela trabalha*”, dizia Emiliano Zapata. As lutas pelo acesso à terra e pela permanência dos(as) trabalhadores(as) no campo são objetivos do MST e de outros movimentos do campo. A terra é compreendida como recurso da natureza e deve ser usufruída por toda a sociedade. “Não pode ser aprisionada pela propriedade privada absoluta, [...] a terra não é uma mercadoria” é o que diz a Proposta para a Reforma Agrária do MST, de 1995 (MST, 2012, p. 189). A manutenção dos(as) agricultores(as) e de seus filhos e suas filhas na terra passa também pela Educação do Campo, ou seja, a luta pelo reconhecimento da importância da escola está relacionada à articulação entre trabalho e educação como potencializadora da transformação da realidade.

Segundo Luiz Bezerra Neto (2016, p. 175), o MST se preocupa com a educação dos(as) trabalhadores(as) e a erradicação do

analfabetismo existente tanto em seus quadros quanto na sociedade em geral e que, segundo seus dirigentes, é de fundamental importância que os filhos dos agricultores permaneçam no campo, que deem continuidade à luta pelo acesso à terra, partilhando as tradições e o projeto social do movimento.

Entendemos que, na perspectiva da Educação do Campo, a escola e os movimentos sociais populares podem contribuir para que, como nos inspira Karel Kosik (1996), homens, mulheres, crianças, jovens, adultos, idosos possam caminhar na longa e tortuosa estrada de terra que nos leva a questionar o mundo das aparências, ou seja, o mundo da pseudo-

-concreticidade. Como forma de compreensão da realidade que se quer transformar, o materialismo histórico-dialético é um bom caminho para se caminhar.

Boa leitura... e uma propícia estação!

REFERÊNCIAS

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Livro Primeiro.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Proposta para a Reforma Agrária do MST - 1995. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão Agrária no Brasil: Programas de reforma agrária 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

NETO, Luiz Bezerra. **Educação rural no Brasil: do ruralismo pedagógico ao movimento por uma educação do campo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.

THOMPSON, Edward. **A peculiaridade dos ingleses e outros artigos**. Antonio Negro; Sergio Silva (orgs.). Campinas: Unicamp, 2001.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TIRIBA, Lia; SICH, Bruna. Saberes da experiência e saberes do trabalho associado. In: TORRES, Artemis; SEMERARO, Giovanni. **Sobre Saberes, educação e democracia**. Cuiabá: EdUFMT, 2011, pp.11-32.